

Copyright © 2009 das Organizadoras

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Foto de capa
Jaime Pinsky

Montagem de capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos
Juliana Bernardino

Revisão
Lilian Aquino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

O Historiador e suas fontes / Carla Bassanezi Pinsky
e Tania Regina de Luca (orgs.). – 1. ed., 5ª reimpressão. –
São Paulo : Contexto, 2017.

Vários autores.
ISBN 978-85-7244-451-4

I. História – Fontes 2. Historiografia
I. Pinsky, Carla Bassanezi. II. Luca, Tania Regina de.

09-08866 CDD-902

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Fontes 902
2. Historiador : Fontes 902

2017

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: Jaime Pinsky

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

Sumário

Apresentação	7
<i>Carla Bassanezi Pinsky</i> <i>Tania Regina de Luca</i>	
DOCUMENTO E HISTÓRIA	
A memória evanescente	9
<i>Leandro Karnal</i> <i>Flavia Galli Tatsch</i>	
FOTOGRAFIAS	
Usos sociais e historiográficos	29
<i>Solange Ferraz de Lima</i> <i>Vânia Carneiro de Carvalho</i>	
LITERATURA	
A fonte fecunda	61
<i>Antonio Celso Ferreira</i>	
TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS	
A morte como testemunho da vida	93
<i>Júnia Ferreira Furtado</i>	



DOCUMENTO E HISTÓRIA

A memória evanescente

Leandro Karnal
Flavia Galli Tatsch

Se queres transformar-te num homem de letras, e quem sabe um dia escrever Histórias, deves também mentir, e inventar histórias, pois senão a tua História ficaria monótona. Mas terás que fazê-lo com moderação. O mundo condena os mentirosos que só sabem mentir, até mesmo sobre coisas mínimas, e premia os poetas que mentem apenas sobre coisas grandiosas.
(Umberto Eco, *Baudolino*)

Lembranças de Rui Barbosa

Conta o mestre Capistrano que teria encontrado um historiador de moral duvidosa a queimar documentos para tornar a sua leitura daquelas fontes imprescindível e definitiva.¹ O tom quase anedótico da narrativa esconde uma questão importante: o documento é a base para o julgamento histórico. Destruídos todos os documentos sobre um determinado período, nada poderia ser dito por um historiador. Uma civilização da qual não tivéssemos nenhum vestígio arqueológico, nenhum texto e nenhuma referência por meio de outros povos, seria como uma civilização inexistente para o profissional de História?²

Ora, se o documento é a pedra fundamental do pensamento histórico, isto nos remete a outra questão: o que é um documento histórico? É notável como o historiador resiste em definir seus conceitos de trabalho, mesmo os fundamentais.

Discutir o que consideramos um documento histórico é, na verdade, estabelecer qual a memória que deve ser preservada pela História e qual o

estatuto da própria História. A categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude da sua busca.

Se a ideia "sem documentos não há História"³ fez carreira fulgurante e incontestável, ela nublou outra questão central: o que é um documento?

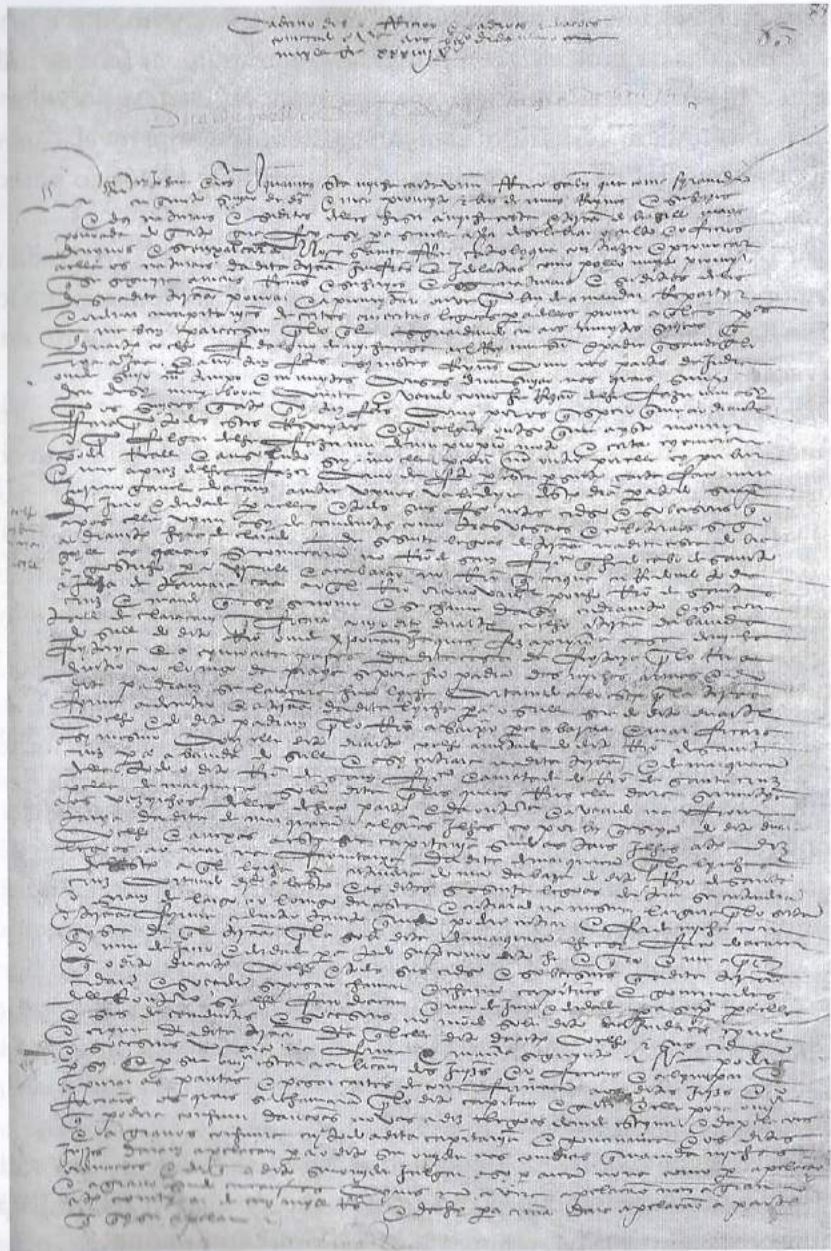
Iniciando pela percepção mais difundida, o documento histórico seria uma folha (ou várias folhas) de papel escrito por alguém importante. Assim, um exemplo clássico dessa concepção de documento seria a carta escrita por Pero Vaz de Caminha e que relata o "descobrimento" do Brasil.

A visão anterior omite a história do documento, ou seja, como determinado grupo e determinada época consideraram que aquela folha estivesse na categoria de um verdadeiro "documento histórico". Tome-se a mesma Carta de Caminha para exemplificar esse problema. Enviada no navio de mantimentos para Portugal, foi recebida com interesse na corte de D. Manuel, o Venturoso, mas não pelo "achamento" do que viria a ser o Brasil, mas em função das notícias da viagem que estabeleceria o comércio com a Índia. Para o ansioso monarca e seus cortesãos, o objetivo central era a rota para o Oriente. A nudez das mulheres da nova terra pode ter incendiado a pudicícia lusitana, mas o olhar do rei estava além de uma terra de papagaios e ninfas.

Por mais de duzentos anos, o documento que temos na conta de preciosíssima certidão de nascimento do Brasil ficou na Torre do Tombo em Portugal, sem que ninguém tivesse um interesse específico por ele. Apenas em 1773, um funcionário chamado José de Seabra da Silva mandou tirar cópia do texto. Quase meio século depois, em 1817, ele seria publicado pela primeira vez na *Corografia Brasilica ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brazil*, pelo padre Manuel Aires de Casal.

A fortuna crítica da Carta tinha despertado. No contexto da valorização da entidade nacional no Brasil independente, historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen fizeram publicações do documento e o esforço prosseguiu com publicações de João Ribeiro, Carolina Michaëllis de Vasconcellos e o celebrado texto de Jaime Cortesão.⁴

Desde o século xx, ela passou a ser republicada constantemente, foi citada em abundância e entrou nos livros didáticos como referência obrigatória. Transformou-se em roteiro para o cinema nacionalista de Humberto Mauro e inspiração de música e dança modernas. Glorificada, retornou ao Brasil em 2000 para a Mostra do Redescobrimento.⁵ A Carta de Caminha aliança-



Fragmento da carta escrita por Pero Vaz de Caminha entre 22 de abril e 1º de maio de 1500. As diferentes leituras desta que, muito tempo depois, foi chamada de "a certidão de nascimento do Brasil" ilustram bem a ideia de que "todo documento histórico é uma construção permanente".

ra o cume da hierarquia documental: estava em vitrine hermética e recebia visitas admiradas da multidão compungida. Guardas, luzes baixas, música de fundo e fila organizada traziam aos observadores a ideia do valor que aquelas folhas tinham adquirido. Estávamos diante de uma revelação, uma epifania documental na qual significado e significante histórico pareciam fundidos para sempre.

Poucos dos observadores da vitrine, onde, zelosamente, era virada uma página por dia para evitar exposição excessiva à luz, poderiam supor a longa trajetória daquele texto: séculos de esquecimento, o caráter aleatório da sua conservação e as releituras possíveis.

Dizendo de modo diferente: o crescimento da importância da Carta de Caminha dependeu do crescimento do Brasil, dependeu do surgimento do nacionalismo brasileiro, dependeu do crescente orgulho português pelo passado épico das navegações e do contexto do Quinto Centenário no ano de 2000. Em suma: o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. Em decorrência da ideia anterior, todo documento histórico é uma construção permanente.

Não bastassem as especificidades do valor oscilante de um texto, variam também os agentes que o leem. Por exemplo: um funcionário da cultura na ditadura do Estado Novo poderia ver em Caminha um documento extraordinário do Brasil que nascia – opinião compartilhada por um colega português da ditadura salazarista na mesma época. Porém, um indigenista contemporâneo, sabedor da tragédia da presença portuguesa para as populações ameríndias, verá no mesmo documento a certidão de óbito de muitas populações indígenas. Mesmo que ambos reconheçam o documento como importante, ele pode gerar leituras opostas. À primeira subjetividade (a edificação histórica da importância do documento) soma-se a segunda e mais fundamental: as leituras variadas que um documento possibilita.

Além de agentes distintos gerando leituras distintas, o foco sobre o documento pode variar em função do recorte feito. A Carta de Caminha pode gerar uma visão gloriosa na natureza brasileira e do futuro produtivo, a partir de citações consagradas como "Porém a terra em si é de muitos bons ares [...]. Águas são muitas; infundas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem".⁶

A mesma carta poderia oferecer um recorte muito distinto se destacássemos seu final, no qual o autor pede um favor familiar ao rei, visto por uns como gênese do comportamento corrupto do país ou como exemplo de prática de sociedade de mercês do Antigo Regime:

E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em qualquer outra coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a forja de Osório, meu genro - o que d' Ela receberei muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza.⁷

Assim, um documento como a Carta de Pero Vaz de Caminha não tem uma importância em si, eterna e imutável, mas é um link que estabelecemos com o passado e, da mesma forma que foi considerado fundamental nos últimos dois séculos, pode, no futuro, voltar a ser um perdido maço de papéis velhos na Torre do Tombo.⁸

A mutabilidade do documento tem relação com o sentido que o presente confere a tais personagens ou fatos. Tal procedimento foi exaustivamente demonstrado na obra de Georges Duby *O domingo de Bouvines*.⁹ A partir da análise da Batalha de Bouvines entre o imperador do Primeiro Reich e a França, o autor demonstra como ela foi sendo analisada de inúmeras formas até o ponto quase bizarro de, no contexto da hostilidade franco-alemã dos séculos XIX e XX, ser lida como o primeiro choque de uma série que culminaria na Guerra Franco-Prussiana e na Grande Guerra. O fato de que um domingo, 27 de julho de 1214, pode ser ressignificado até 1870 ou 1914 demonstra que os respectivos documentos também podem encontrar novos nichos semânticos.

Se concluímos que não existe um fato histórico eterno, mas existe um fato que consideramos hoje um fato histórico, é fácil deduzir que o conceito de documento siga a mesma lógica. Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas. Se insistimos na palavra diálogo é porque rejeitamos tanto a *Weltanschauung* da Escola Metódica do século XIX (que via no documento e no fato uma verdade em si, autossuficiente e reveladora do passado) como certos traços da historiografia pós-moderna que relativizaram o documento a ponto de considerá-lo puro exercício de subjetividade contemporânea. Como veremos, nem o sujeito nem o objeto apresentam o domínio total da mensagem no diálogo que dizemos chamar-se História.

Um conceito em expansão

Apenas no século XIX triunfou a ideia do Documento como “prova histórica”, superando o termo mais usado até então: Monumento.¹⁰

Se a importância do documento com sentido de fonte para o historiador foi amplamente aceita, a definição do que vem a ser um documento histórico foi alvo de debates maiores. Um historiador da Escola Metódica do século XIX teria certeza de que o documento é, em essência, o texto escrito: a carta, o tratado de paz, o testamento etc. Todo o debate estava em torno da autenticidade do texto. Uma vez estabelecida essa autenticidade, o texto escrito brilhava aos olhos do analista como a fonte por excelência.

Podemos tomar como exemplo um dos manuais mais difundidos do fim do século XIX: *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois/Seignobos. Logo no primeiro capítulo lemos: “A história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado.”¹¹

Para os autores da Escola Metódica, a questão central da História é a heurística documental. A busca, seleção, crítica e classificação documental constituem-se no eixo em torno do qual gira a atividade do historiador.¹²

Desde o século XIX, o conceito e a abrangência do termo documento histórico foram sendo ampliados. A Escola dos *Annales*, no século XX, colaborou ainda mais para o alargamento da noção de fonte. Ao determinar que a busca do historiador seria guiada por tudo o que fosse humano, Marc Bloch demonstra que, ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, necessariamente, a tipologia da sua fonte.¹³

A ascensão da História Quantitativa, da História do Cotidiano, da História da Sexualidade, da História de Gênero e de tantos outros novos campos ao longo do século XX trouxe, inexoravelmente, um esgarçamento quase absoluto do limite do termo “documento histórico”. A História Serial, por exemplo, redefine e inverte o método dos historiadores com documentos. “Preso numa série, o documento deixa de existir sozinho, para só adquirir sentido mediante relação com a série que o precede ou segue.”¹⁴ Desaparece, assim, o documento único, para surgir a série documental, como certidões de batismo ou testamentos. Sem lotes expressivos que mostrem oscilações importantes ou repetições reveladoras, uma única certidão de batismo do século XVI é um vazio desesperador.

Provocando reações diversas entre os profissionais da História, surgiram obras de análise dos seios, da praia, do desejo, dos túmulos, das crianças, dos jovens, do Paraíso, das roupas, da etiqueta, da alimentação e, fazendo torcer o nariz dos mais conservadores, uma curiosa *Histoire de la Merde*.¹⁵

No caminho da expansão de temas (dos documentos) poderíamos citar também uma análise do bolo de casamento na Inglaterra.¹⁶ Na obra de Simon R. Charsley, há um estudo sobre o que distinguiria o bolo de casamento inglês de similares americanos ou australianos; as distinções sutis da linguagem entre um “wedding cake” (“bolo de casamento”) e um “bride cake” (“bolo de noiva”) e, após muitas outras considerações, uma conclusão sobre mudanças culturais a partir dos modos e personagens envolvidos no ato de cortar o bolo de casamento.¹⁷

Naturalmente, essa atomização dos objetos clássicos da História despertou reações negativas.¹⁸ Porém, o mais importante aqui é destacar que elas implicaram, necessariamente, a profunda alteração do uso e conceito de documento histórico.

Todos esses caminhos parecem indicar que o século XX estimulou a ampliação de objetos históricos e cumpriu o desejo de Bloch às vésperas de sua execução, que anelava dar o estatuto de “documento histórico” a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana.

O que teria provocado tal ampliação? Podemos identificar o surgimento de novos campos aos quais a História tradicional (Política) dava pouca atenção. Há uma história oral, há uma história das imagens (distinta de história da arte), há uma história da criança, uma história das mulheres, uma história do corpo e muitas outras.¹⁹ Tais objetos tão amplos dialogam mais com os campos da Antropologia e da Sociologia do que a História tradicional fazia. Necessariamente, a ampliação de temas levou à ampliação da noção de documento.

Longe de ser um esforço conservador, como se poderia deduzir da obra de François Dosse, as ampliações do objeto e do documento atingem os analistas associados à esquerda. Historiadores da vida escrava, por exemplo, demonstram crescente preocupação com o cotidiano dos negros na América. A resistência à escravidão, antes centrada nas rebeliões clássicas como Palmares ou Malês, estendeu-se à manutenção de hábitos cotidianos, à sexualidade e ao mundo material que acompanhava a vida escrava.²⁰ Também analistas da vida operária passaram a avaliar um leque mais amplo de evidências de lutas de classe para além das greves.

Seria leviano fazer uma associação automática entre as transformações do conceito de fonte para o historiador e a ampliação do objeto no mesmo período. Porém, não escapa ao observador que também o mundo das artes plásticas perdeu campo definido, que separava o objeto artístico do não-artístico. Assim, se até o século XIX o objeto de arte era bastante definido, a partir das vanguardas do século XX ampliou-se não apenas o debate tradicional sobre o que era Belo ou não, mas sobre o que vinha a ser uma obra de arte. Obras como a do dadaísta francês Marcel Duchamp (1887-1968), utilizando um secador de garrafas comprado num mercado, ou acrescentando bigodes a uma imagem da *Mona Lisa* de Leonardo da Vinci, chocaram o público, exigindo uma redefinição do que vinha a ser a criação do artista. Mesmo não sendo idênticas, as reações suscitadas pelos artistas sobre a validade ou relevância de certas produções aproximam-se do debate sobre a validade ou relevância de documentos ou objetos novos em História.²¹

Em síntese, a noção de documento ampliou-se muito mais do que os historiadores tradicionais queriam, mas, igualmente, não atingiu o patamar de “qualquer coisa” que certos vulgarizadores do pós-modernismo pregavam. Ocorreu, por certo, um esgarçamento do conceito.

É importante ressaltar que nem sempre uma mudança radical do objeto implica uma mudança radical do documento. Em outras palavras, ter por temática a estruturação do poder monárquico em Israel ou o discurso sobre práticas sexuais femininas judaicas pode significar, em ambos os casos, o recurso à Bíblia como fonte principal. A grande diferença reside na leitura distinta do mesmo corpo documental. Muda mais o olhar sobre a fonte do que a fonte em si.

Talvez a mudança mais expressiva do documento não esteja num novo objeto, mas num novo estatuto epistemológico da “verdade” (ou do verossímil) no documento. Na visão tradicional de História, um documento falso era considerado nulo para o exercício da interpretação. Falsidade equivalia, na prática, a nulidade. Da mesma forma, não era considerado útil um documento obviamente fantasioso, mítico ou pouco preocupado com a visão empírica do mundo.

O primeiro ataque a essa concepção de documento procedeu da necessidade. Muitas vezes a fonte mítica era a única disponível. Que arqueólogo da península Balcânica poderia prescindir da *Ilíada* ou da *Odisséia* de Homero

para iluminar suas escavações? Que especialista em Mesopotâmia poderia abrir mão da *epopeia de Gilgamesh*?²² Que historiador da Alta Idade Média poderia simplesmente conferir o apodo de fantasiosas a todas as narrativas hagiográficas? O *Povo Vuhl*²³ poderia ser eliminado como fonte histórica sobre os maias? Todas são narrativas tidas como míticas e todas são hoje indispensáveis à análise histórica.

A valorização da fonte não tradicional também implicou uma vasta reflexão sobre a relativização da fonte clássica. Um olhar agudo como o de Euclides da Cunha e um prolongado estudo sobre a campanha de Canudos não conferem ao livro *Os sertões* o estatuto de árbitro supremo para julgar a personagem Antônio Conselheiro ou o sertanejo brasileiro do fim do século XIX.

O historiador Jacques Le Goff traz importantes exemplos de como trabalhar temas que, a rigor, não são o objeto direto da documentação disponível. Na obra *Por uma outra Idade Média*, encontramos reflexões sobre trabalho e técnica em regras monásticas e em narrativas hagiográficas. Uma história piedosa sobre auxílio divino à perda de um simples instrumento agrícola de ferro pode trazer muitas luzes sobre a escassez metalúrgica da Alta Idade Média.²⁴

Por vezes, a necessidade contemporânea valoriza certos ordenamentos que inexistiam no período tratado. Hoje, por exemplo, a História Econômica trabalha densamente sobre estatísticas. Porém, quando devemos fazer a História Econômica de Roma ou de outros períodos passados, não temos estatísticas romanas no sentido que o século XXI dá a essa palavra.²⁵

Da mesma forma, historiadores como Carlo Ginzburg na obra *O queijo e os vermes*²⁶ tiveram que extrair uma voz muito mediada por outras já que a fonte que tornou possível o estudo é um processo inquisitorial. Para fazer falar um moleiro italiano com ideias muito importantes sobre as forças criadoras do universo, Ginzburg teve de resgatar essa voz em meio a uma documentação hostil ao réu. Esforço similar fazem os historiadores do cotidiano, do crime nas metrópoles, especialistas em vida cotidiana nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial ou pesquisadores de gênero em História. Todos eles enfrentam documentação ou adversa ou inteiramente silenciosa sobre o objeto desejado. O documento histórico é raramente “dócil”, “aberto” ou “fácil”. Como escreveu o já citado Ginzburg, o método histórico aproxima-se muito do método de um detetive ou de um médico que, à força de esforços titânicos, deve extrair coisas que só aparecem de forma indireta.²⁷ Paradigmas

indiciários são mais familiares ao historiador experiente do que uma clara informação documental adaptada de forma harmônica a sua hipótese de trabalho.

Le papier souffre tout...

Os franceses têm um ditado popular: “*le papier souffre tout*” (“o papel aguenta qualquer coisa”). Com isso, a sabedoria popular francófona quer expressar certo ceticismo permanente com a autenticidade daquelas folhas de papel que, usualmente, simbolizamos como exemplo de documento histórico. O papel aguenta qualquer ideia, sofre calado qualquer discussão e jamais se rebela contra a pena do autor, contra os dedos do digitador ou contra a tinta rápida da impressora. O que garante a autenticidade de um documento, especialmente dos documentos escritos?²⁸

Por mais que tenhamos evidenciado que documentos “fantasiosos” possam servir para a análise histórica, a busca de autenticidade continua sendo fundamental. Os famosos *Diários de Hitler*, por exemplo, foram apresentados com estardalhaço à imprensa pela revista alemã *Stern*, em abril de 1983. O repórter Gerd Heidemann comprou os diários de Konrad Kujau e a *Stern* vendeu os direitos de reportagem para muitos outros prestigiados órgãos da imprensa internacional, como *Newsweek*, *Paris Match* e *Sunday Times*. O respeitado historiador Hugh Trevor-Roper deu seu aval acadêmico ao incrível achado. A impressionante saga daqueles cadernos, que teriam sido subtraídos ao caos da Alemanha do fim da Segunda Guerra e levados para a Suíça, incendiou a imaginação mundial. Mal eles começaram a sair em público e a farsa se desfez como um castelo de areia: foram forjados! Demonstrada a falsificação, desmoronou a fama da *Stern*, abalou-se a carreira de Trevor-Roper e os falsários foram presos.

Muitos indícios permitiram derrubar a ideia de autenticidade do material atribuído a Hitler. A análise química do material (caderno, colas etc.) revelou que tudo era posterior à Segunda Guerra Mundial. Os diários seriam um registro muito estranho, já que era sabida a aversão de Hitler a escrever e que ele sempre ditava textos para secretárias. Até a letra serviu para a demolição do achado, pois, depois do atentado de junho de 1944, a mão de Hitler ficou trêmula e a letra dos diários não registrava essa mudança. Análises de fatos históricos narrados pelos diários e outros indícios acabaram por colocar uma

pá de cal nas pretensões da revista alemã e revelaram como a ambição por documentos bombásticos, aliada à má-fé de falsários, pode produzir o engodo.

A falsificação atinge todo objeto de valor, com objetivos variados. Nazistas falsificavam objetos arqueológicos para demonstrarem falsas teses sobre a ocupação “ariana” da planície germano-polonesa. Faraós ordenavam que se raspasse o nome de antecessores de monumentos e mandavam aplicar o seu por cima do verdadeiro construtor. Stalin ficou famoso pela prática de mudança em fotografias que registravam a história soviética, apagando adversários como Trotsky das imagens oficiais. O cristianismo ainda era uma religião nova e já pululavam evangelhos apócrifos por todo o Mediterrâneo, criados por autores que tentavam justificar determinadas concepções teológicas. As falsificações são tão antigas como a própria existência da História.

A Química e a Física contemporâneas podem ajudar bastante um historiador na determinação da autenticidade de um documento. Porém, nem todo o progresso científico fez ainda superar os critérios de validação que nasceram no Renascimento e se desenvolveram nos séculos xvii e xviii.

O humanista Lorenzo Valla (1406-57) dedicou-se a estudar um consagrado documento histórico: a *Doação de Constantino*. O texto tinha uma importância extraordinária, pois justificaria uma doação do imperador romano Constantino ao papa sobre territórios da Itália, e era invocado como base da pretensão temporal da Igreja católica. Lorenzo não dispunha da possibilidade de datação química, logo, só poderia trabalhar com o próprio texto. Trabalhando para Alfonso de Aragão e da Sicília, o humanista destruiu a autenticidade por meio da filologia, demonstrando que o latim utilizado pelo documento era muito mais um latim medieval “barbarizado” do que o latim do Império Romano. O texto-denúncia de Valla (*De falso Credito et Ementita Constantini Donatione Declamatio*) foi largamente aproveitado pelos reformadores protestantes, como o amigo de Lutero, Ulrich von Hutten, que publicou a obra em 1517.²⁹

A importância do método de Lorenzo Valla é indiscutível. Porém, de alguma forma, o nascimento da moderna crítica histórica está associado ao abade Mabillon (1632-1707), chamado na obra de Burguière de “o Galileu da História Erudita”.³⁰ Tendo de responder a ataques dos chamados bolandistas,³¹ que duvidavam da autenticidade de documentos guardados por beneditinos e por reformadores da Trapa³² que atacavam o estudo entre o clero, Mabillon estabeleceu o moderno método de crítica documental.³³

A publicação da obra *De Re Diplomatica*, de Mabillon, em 1681, é o marco de uma nova postura diante dos documentos. Os textos agora são submetidos a inquéritos que envolvem paleografia e filologia, estabelecendo, de fato, a moderna Diplomática.³⁴ Os cuidados com o trato de um documento continuaram crescendo, mas seria absolutamente correto estabelecer uma similaridade entre algumas preocupações da obra de Mabillon no século XVII com as propostas de críticas internas e externas ao documento que os positivistas pregavam no século XIX.³⁵

O entusiasmo pela manutenção, autenticidade, coleta e conservação dos documentos parece ter sido muito incrementado pela Revolução Francesa e pelo nacionalismo crescente do século XIX. A ascensão da História e do Documento no mundo intelectual ocidental é fulgurante. Em 1826, começam a surgir os volumes da *Monumenta Germaniae Historica*, com o objetivo de divulgar e conservar as fontes da Idade Média alemã. Na França, em plena efervescência da Revolução Francesa, são criados os *Archives Nationales*. Mais tarde, durante a Restauração, foi fundada a *École Nationale des Chartes* (1821), que forma (até hoje) especialistas na manutenção de arquivos, classificação de bibliotecas, paleógrafos etc. Na Itália, o rei Carlos Alberto decreta a publicação da obra *Monumenta Historiae Patriae*. Os historiadores como Michelet são tidos como grandes escritores e romances históricos, como os de Walter Scott, disputam vendas com obras com outras temáticas. De muitas formas, o século XIX é o século da História e do Documento, ambos ligados à emergência de Estados nacionais. No Brasil, igualmente, o Instituto Histórico e Geográfico nasce com a Regência, verdadeiro momento de afirmação nacional. Coerentemente, o Estado, que desde o início da escrita foi um grande produtor de documentos, torna-se o organizador de arquivos e publicações para preservar documentos históricos. Conservar e organizar documentos passam a ser uma função muito ligada ao poder do Estado.

Conclusão em aberto: o que é um documento histórico?

Ficou evidente nos parágrafos anteriores que um documento é tudo aquilo que em determinado momento decidir que é um documento. Porém, ainda que verdadeira, a afirmação pode ser classificada como tautologia, visto no qual a repetição ocupa o lugar do argumento.

Mas partamos deste aforismo: um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época. Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação ao meio social que o conserva.

Em segundo lugar, mesmo que ampliemos o conceito de documento ao limite do possível, devemos saber que há fatores que tornam um documento mais importante do que outro. Esses fatores também variam no tempo e no espaço, mas sempre existem. Quais poderiam ser os fatores que aumentam a importância de um documento para o analista?

Um documento com mais dados pode ser mais importante do que um documento com poucos dados. Não estamos pensando que a lista telefônica de uma metrópole seja um documento a rigor mais importante do que uma carta do seu fundador. Estamos dizendo que, num mesmo objeto e recorte, um recibo passageiro do fundador da metrópole é menos importante do que uma longa carta sua explicando os objetivos de fundação daquela que virá a ser uma metrópole.

O item raridade do documento é mais ambíguo para definir seu valor. Uma informação fundamental continua sendo válida para análise se constar num ou em mil documentos. Se os membros do Segundo Congresso Continental da Filadélfia tivessem, em 1776, feito quinhentas cópias da Declaração de Independência, e assinado todas, elas continuariam sendo, pelas suas afirmativas, uma referência do pensamento liberal contemporâneo e da História dos EUA. Porém, o mercado costuma valorar de forma distinta. O interesse de colecionadores não coincide, de forma perfeita, com o interesse dos historiadores.³⁶ Para caracterizar essa diferença, podemos tomar o seguinte exemplo: uma simples assinatura de John Lennon pode ter valor alto no mercado de autógrafos, mas, para o historiador, o objeto a ser destacado é a própria *beatlemania* que valoriza a assinatura como relíquia preciosa, e não o documento em si. Assim, para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade.

Comprovando que tais critérios são relativos no tempo e no espaço, um pequeno tablete cuneiforme, que mostrasse um simples registro de venda de ovelhas para Abraão em Ur, seria um documento extraordinário, porque daria encarnação histórica a uma personagem que é invocada como patriarca de três religiões e que tem uma existência histórica cediça.

Da mesma forma, a carreira de uma personagem redimensiona a documentação. Um boletim de escola com a nota em Artes do menino Pablo Ruiz Picasso tem, hoje, o estatuto de um documento pela importância que o autor da *Guernica* adquiriu. Se a nota do boletim fosse alta, veríamos a precocidade da vocação plástica do catalão. Se a nota fosse muito baixa, poderíamos questionar a capacidade do sistema educacional espanhol em avaliar vanguardas.

Mas um documento é um registro de alguém famoso? *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis,³⁷ responde a essa questão com um sonoro “não”. Por meio do processo judicial movido pela esposa do suposto Martin Guerre, podemos penetrar no universo jurídico francês e nas questões das relações entre a religião católica e a protestante. Assim, o que o torna relevante é a análise que se faz dele, não o documento em si. Voltando ao exemplo de Picasso: sem a carreira do pintor, o boletim seria uma curiosidade pessoal com interesse principal para o próprio. Porém, poderíamos dizer que, mesmo que não tivesse feito muito sucesso como artista, o boletim de Picasso poderia ser usado num estudo serial, mostrando as concepções de educação na Espanha. Da mesma forma, mesmo que fosse uma personagem anônima, Picasso poderia ser usado para estudar a vida cotidiana na Espanha monárquica do fim do século XIX.

A expansão documental não diz respeito apenas a novos objetos ou à inclusão de personagens comuns, mas ao próprio caráter holístico do trabalho. Assim, o documento escrito clássico passou a ser somado ao documento arqueológico, à fonte iconográfica, ao relato oral (quando possível), a análises seriais e a todo e qualquer mecanismo que possibilite uma interpretação. Não foi apenas a noção de documento impresso que ficou ultrapassada; foi o próprio trabalho de um historiador que apenas lia livros sobre um tema e ilustrava com fontes documentais.

O “fetichismo” da fonte primária é uma verdadeira operação de distorção do processo de produção da História, tal como definiu Keith Jenkins.³⁸ Esse “fetichismo” corresponde a uma visão de que o documento seria uma lente transparente capaz de magnificar o passado real e torná-lo, novamente, visível como o foi aos olhos dos seus contemporâneos. A base dessa crença talvez esteja alicerçada em outro equívoco, a da autonomia documental, de que o documento “falava por si” ou que ao historiador caberia um silêncio respeitoso diante de suas fontes inquestionáveis. Em oposição radical a essa postura, abundaram as explicações que enfatizam apenas o aleatório na documentação, o arbítrio total do historiador e a subjetividade absoluta da construção histórica.

Vejamos um exemplo concreto de documento: uma carta do imperador Pedro II a sua irmã, Januária, datada de 24 de março de 1870. A carta, manuscrita e autógrafa, fala do fim da Guerra do Paraguai, de questões relativas ao surto de febre amarela no Brasil e de assuntos familiares e pessoais. Sendo D. Pedro II um homem que reteve grande poder durante quase meio século, ele tem uma importância pessoal extraordinária. Assim, essa carta é mais importante do que uma simples assinatura de D. Pedro II numa nomeação oficial, ainda que tanto uma simples assinatura quanto essa carta estejam preservadas pelo mesmo motivo.

Uma carta com a letra do imperador conserva, sem dúvida, o fetiche do único, do irrepetível. Analisamos cada curva daquela letra e supomos a mão do imperador molhando a pena e registrando fatos marcantes. Criamos a “aura” que Walter Benjamin identificava para a arte. No cruzamento desse plano, encontramos como ordenada a figura histórica de D. Pedro II e como abscissa a própria história do Brasil que passou pela Guerra do Paraguai e por epidemias de cólera. Mas observe-se como o jogo de espelhos reproduz ao infinito: a importância de D. Pedro II e da Guerra do Paraguai é anterior ao documento. O documento não prova essa importância, não a cria, não constitui a “aura”, pois tudo isso preexiste ao documento. Assim, a concepção do processo histórico foi anterior ao documento e dizemos que o texto é importante porque, antes de qualquer acesso a ele, já concebemos que D. Pedro II e a Guerra do Paraguai são importantes. Porém, a importância da memória de D. Pedro II nasceu de outros documentos históricos que associam seu nome a muitas decisões no século XIX. Assim, outros documentos colaboraram para criar a “aura” que este em questão apenas confirmou. Encerremos o jogo de espelhos por ora: documentos criam importâncias que contaminam outros documentos que formam historiadores que passam a buscar aqueles documentos com hipóteses prévias.

Porém, o documento pode trazer um dado que nenhum outro traz e criar uma nova visão. Imaginemos se surgissem as cartas da condessa de Barral para D. Pedro II e ela comentasse fatos desconhecidos até então.³⁹ O documento histórico é um texto no meio do caminho entre o arbítrio de um historiador (e de uma sociedade) e seu próprio conteúdo. Assim, não é tão autônomo como sonhavam positivistas, nem tão submisso como defende parte do pós-estruturalismo.

Por vezes, uma massa documental pode ser sufocada por postura ideológica. O imperador tinha 10 anos quando estourou, na Bahia, o Movimento dos Malês. O caso foi intensamente retratado na época, mas seu conteúdo negro e revolucionário foi sendo escamoteado nos livros de História brancos e conservadores. Lendo o texto de João José Reis, de 1986,⁴⁰ fica fácil supor porque os livros oficiais preferiram retratar tanto outro movimento de 1835 – a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul – e tentaram tanto ignorar os negros muçulmanos da Bahia.

Combinamos, nos dois últimos exemplos, o aleatório e o ideológico consciente. A opção da condessa de Barral de contrariar a decisão de queimar as cartas possibilitou conhecer bastante sobre o imperador; a decisão de não tratar do Levante dos Malês por tantos anos revelou bastante do caráter conservador e branco da historiografia oficial. A existência de um documento é, em geral, uma combinação delicada da fortuna e da consciência. Nenhum historiador decidiu que Vesúvio soterraria três cidades romanas no século I e.c., mas muitos historiadores e arqueólogos decidiram ser importante escavá-las e analisar os documentos encontrados. Nenhum historiador ou arqueólogo tentou despistar ladrões de tumbas para que não encontrassem o rico sarcófago de Tutancamon, mas a descoberta de Howard Carter e lorde de Carnarvon foi fruto de uma busca deliberada e que trouxe muitas novidades para os conhecimentos sobre o Egito. Todo documento que chega às mãos de um analista é um duplo milagre.

Em síntese, documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.

Levando-se em conta tudo o que foi dito antes, seria importante ressaltar que, atrás de cada documento conservado, há milhares destruídos. Podemos supor que o grande limite da função do historiador seja o limite do documento. Dócil ao arbítrio quase absoluto, o documento é, igualmente, senhor de quem o quer submeter. Na sobreposição de centenas de subjetividades e acasos, ele encerra a chave de acesso ao conhecimento do passado. Reafirmando seu senhorio dialético, criador/criatura, o documento, em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano.

[Uma versão anterior deste texto foi publicada no catálogo da exposição *A escrita da memória* organizado por Leandro Karnal e por José Alves de Freitas para o Instituto Cultural Banco Santos em 2004.]

Notas

- ¹ Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*, Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL, 1976. O caso é narrado por José Honório Rodrigues na Introdução aos *Capítulos de História Colonial*, a partir de uma carta de Capistrano ao Barão de Studart. O objetivo do curioso gesto foi expresso na frase: “[...] quando quiserem estudar História do Brasil hão de recorrer às minhas obras.”
- ² Não queremos entrar no debate de escolas filosóficas que trazem à arena a questão da existência depender da percepção ou do choque entre Platão/Aristóteles ou Hume/Descartes. Apenas vamos reafirmar: para um historiador saber sobre uma civilização, ele necessita de documentos.
- ³ Observável na maioria dos historiadores dos séculos XIX e XX: Fustel de Coulanges, Sarraman, Langlois/Seignobos, Lefebvre e outros. A ideia foi sintetizada por Coulanges: “*pas de documents, pas d’Histoire*” (“sem documentos, sem História”).
- ⁴ Ver a Carta de Pero Vaz de Caminha, em *Catálogo da Mostra de Redescobrimto*, São Paulo, Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000. Em especial, o texto de Paulo Roberto Pereira: “A Carta de Caminha e a Utopia do Brasil”, pp. 36-49.
- ⁵ Megaexposição comemorativa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, realizada em São Paulo, no ano 2000.
- ⁶ Carta de Pero Vaz de Caminha, *Catálogo da Mostra de Redescobrimto*, São Paulo, Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000, p. 86.
- ⁷ Idem.
- ⁸ Um documento pode ser lentamente esquecido numa memória oficial ou familiar (como uma carta de amor zelosamente guardada pela avó, guardada com certa indiferença pela filha e, enfim, queimada pela neta) ou pode ser vítima de um ato deliberado e violento de eliminação de memória, como as preciosas Torás que os nazistas usaram para forrar sapatos durante o Holocausto.
- ⁹ Georges Duby, *O domingo de Bouvines*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- ¹⁰ Jacques Le Goff, *História e memória*, 4. ed., Campinas, Unicamp, 1996, p. 536 ss. O termo documento (*documentum*), segundo o mesmo verbete, deriva de *docere*, ensinar, e transformou-se primeiro para o sentido jurídico de “prova” e, posteriormente, de texto histórico.
- ¹¹ Ch. V. Langlois; Ch. Seignobos, *Introdução aos estudos históricos*, São Paulo, Renascença, 1946, p. 15. O original francês começou a ser redigido em 1896 e foi publicado em 1898. O livro 1, que trata de documentos, foi escrito por Langlois. Para observar que a essência dessa ideia permanece atual, basta consultar obras que buscam a precisão de termos da pesquisa histórica. O *Vocabulário*, de Gustavo de Freitas, define documento como um escrito servindo de prova de algum ato ou fato; em sentido lato, os vestígios que ficaram do passado: monumentos, obras de arte, utensílios etc. e, principalmente, textos escritos ou impressos. Gustavo de Freitas, *Vocabulário de História*, Lisboa, Plátano, s.d., p. 101. O *Dicionário das ciências históricas* conclui: “Escreve-se a história com documentos, afirma com razão o positivismo triunfante”. André Burguière (org.), *Dicionário de ciências históricas*, Rio de Janeiro, Imago, 1993, p. 243. A conceituação mais ampla pode ser encontrada no *Dicionário breve de História*, que define documento como “todo e qualquer tipo de vestígio que nos chegou do passado e que testemunha a presença e actividade dos homens de outras épocas, permitindo ao historiador reconstituir a vida desses períodos”. António Domingues de Almeida (et al.), *Dicionário breve de História*, Lisboa, Presença, 1996, p. 72. Assim, cem anos depois de Langlois/Seignobos, continua a ênfase sobre o documento como base do fazer histórico, ainda que se amplie seu conceito.

³² “É preciso escolher, deliberadamente e com pleno conhecimento de causa, certos assuntos históricos de preferência a outros, tendo sempre em conta os seguintes fatores: a existência ou não de repertório de documentos ou repertórios bibliográficos; o fato de gostarmos ou não do trabalho de gabinete ou do trabalho de exploração nos depósitos; de podermos ou não frequentar com comodidade certos depósitos.” Ch. V. Langlois; Ch. Seignobos, op. cit., p. 30.

¹³ “Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a História quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.” Marc Bloch, *Apologia da História ou o ofício de historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 54. Como todos sabem, a obra referida foi deixada inacabada por Bloch, fuzilado pelos nazistas a 16 de junho de 1944. O próprio Bloch foi um exemplo vivo da utilização de novas fontes documentais, como a paisagem rural francesa que ele demonstrou ser muito antiga e o registro de milagres reais como fonte para conhecer as concepções históricas sobre poder político.

¹⁴ André Burguière (org.), op. cit., p. 244.

¹⁵ Dominique G. Laporte, *Histoire de la Merde*. Paris, Christian Bourgeois Editeur, 1978.

¹⁶ Simon R. Charsley, *Wedding Cakes and Cultural History*, London, Routledge Press, 1992.

¹⁷ O autor observa que, lentamente, a partir do século XIX, a noiva passa a cortar o bolo (dispensando empregados da tarefa) e ela distribui aos familiares, mostrando, com isso, um aumento do papel da mulher como participante ativa no processo do casamento. Simon R. Charsley, op. cit., pp. 139-40.

¹⁸ Ver, por exemplo, a crítica de François Dosse, *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*, Bauru, Edusc, 2003. Em outro texto, Ronaldo Vainfas destaca que existiriam três variantes de História das Mentalidades. A primeira seria herdeira direta de Febvre, a segunda seria a História das Mentalidades com perspectiva marxista e a terceira, para qual o autor reserva a crítica mais feroz, seria a meramente narrativa, preocupada com microtemas como o “imaginário do onanismo”. Ronaldo Vainfas, “História das Mentalidades e História Cultural”, em Ciro Flammarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História*, 4. ed., Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 144.

¹⁹ Peter Burke (org.), *A escrita da História: novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992, p. 11. “[...] a Nova História começou a se interessar por virtualmente toda atividade humana.”

²⁰ Veja-se, por exemplo, o texto de Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

²¹ Mas toda comparação é perigosa. Aqui se corre o risco de associar a Escola Positivista com a referência neoclássica das artes, como se o positivismo fosse para a História o que Ingres é para a pintura e que o marxismo representaria o que Courbet representou para as artes plásticas, ou que a Nova História seria um novo “pontilismo” ao enfatizar a forma a partir de pontos agrupados. Todas essas ilações seriam muito exóticas.

²² Epopeia mesopotâmica descoberta no século XIX.

²³ Poema maia que narra a criação do mundo.

²⁴ Jacques Le Goff, *Pour un autre Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 1977, p. 121. A perda de instrumentos de trabalho é equiparada, na Regra de São Bento, a um sacrilégio similar ao extravio de objetos sacros. Há narrativas sobre intervenções taumátúrgicas em função de objetos de artesanato e uma atuação sagrada em função da perda de um instrumento de ferro no fundo de um poço. Assim, temos claro que o olhar do historiador para o documento pode variar em função das perguntas e necessidades do historiador naquele momento. Uma mesma fonte pode dar muitas respostas.

²⁵ Essa seria, segundo A. H. M. Jones, uma “*ignominieuse vérité*” (uma “verdade vergonhosa ou constrangedora”). A expressão é citada por Moses I. Finley num artigo da Revista *Annales*. Moses I. Finley, “Le Document et l’Histoire Economique de l’Antiquité”, em *Annales Économies Sociétés Civilisations*, 37e année n. 5/6 septembre/décembre 1982, pp. 697-711, Paris, Armand Collin, 1982.

²⁶ Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

²⁷ O autor Carlo Ginzburg desenvolveu a ideia de que a escrita e a pesquisa históricas estão profundamente associadas a certas intuições que se aproximam das do médico, por exemplo. Essa ideia está desenvolvida em Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989. O texto em particular é o capítulo: “Sinais - Raízes de um paradigma indiciário” (pp. 143-79), no qual os métodos de Morelli, de Freud e da personagem Sherlock Holmes são desenvolvidos em forma comparativa com o método do historiador.

²⁸ Trabalharemos, neste item, com a ideia de autenticidade de documentos escritos tradicionais, mas poderíamos pensar, igualmente, que a pedra aguenta qualquer inscrição, que a tela sofre qualquer pintura e a fotografia presta-se a quaisquer manipulações anteriores e posteriores. Todo tipo de documento histórico é passível de falsificação.

²⁹ cf. Jacques Le Goff, *História e memória*, cit., 1966, p. 543.

³⁰ André Burguière (org.), op. cit.

³¹ Grupo de estudiosos que procurava construir a narrativa sobre a vida de santos em bases menos fantasiosas, especialmente Daniel Papenbrochen, que atacou famosos documentos da abadia de Saint-Denis.

³² Especialmente Armand Jean Bouthilliers, que acreditava na restauração do espírito trapista (ordem particularmente rigorosa) e na recusa dos estudos que afastavam do sagrado e buscavam a glória da erudição terrena.

³³ “*O De Re Diplomatica* provava que, numa história impossível de reduzir-se ao uso exclusivo das fontes narrativas, a verdade pode ser distinguida do erro, se a apoiarmos em regras objetivas e desde que se utilize razoavelmente a dúvida metódica. [...] O ano de 1681, portanto, não corresponde apenas à fundação de uma de nossas ‘ciências auxiliares’, mas representa, também, este ‘momento decisivo’ na história do método crítico, como já o reconheceu Marc Bloch.” Jean Glénisson, *Iniciação aos estudos históricos*, Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977, pp. 92-3.

³⁴ Entendida aqui como o estudo sobre a elaboração e forma dos documentos legais e administrativos.

³⁵ A seguinte opinião do Manual de Langlois/Seignobos não poderia ser um elogio a Mabillon? “A opinião brutal dos que menosprezam as análises minuciosas da crítica externa e delas escarnecem, não merece, sequer, refutação. Só há um argumento para firmar a legitimidade dos exaustivos trabalhos da erudição e torná-los dignos de respeito, mas este, sendo um só, é decisivo: eles são indispensáveis.” Ch. V. Langlois; Ch. Seignobos, op. cit., p. 80.

³⁶ Veja-se um exemplo curioso: um obscuro assinante da Declaração de Independência dos EUA teve seu simples autógrafo leiloado, em 1929, por US\$ 51 mil, que, atualizado, estaria próximo da casa de um milhão de dólares. Caso narrado por Pedro Corrêa do Lago, *Documentos autógrafos brasileiros na Coleção Pedra Corrêa do Lago*, Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1997, p. 13.

³⁷ Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

³⁸ Keith Jenkins, *A História repensada*, São Paulo, Contexto, 2001, p. 79.

³⁹ A condessa de Barral foi amante de D. Pedro II. A longa correspondência deles conteve uma promessa de destruição das cartas, o que ele teria feito e ela nunca fez. Assim, conhecemos as cartas de D. Pedro a ela e não sabemos das dela para ele.

⁴⁰ O livro foi republicado com acréscimos: João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.